



**Senador Wilder defende riquezas do Cerrado**

**“Congresso em foco” escolhe os melhores parlamentares do ano**



# CERRADO



Goiânia, DOMINGO, 10 de setembro de 2017

[f](#) [i](#) [t](#) /wildermorais

FOTO: J.C. Guimarães

**A CENTOPEIA  
DE NEON, DE  
EDIVAL  
LOURENÇO**



## CULTURA / LIVRO

# Horrores e humores de Paiambaia



O poeta e escritor Edival Lourenço, presidente da UBE-GO

## J.C. GUIMARÃES

“A centopeia de neon”, de Edival Lourenço, é um desses livros mercedores, sobressaindo-se na enxurrada de projetos que continuam inexistindo, apesar da publicação. O romance amealhou o prêmio Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos de 1992. É impossível determinar, em tempo tão exíguo, o significado de seu autor para as letras goianas. Em todo o caso já é possível acreditar que não será desprezível, tendo em vista a qualidade de sua produção e o reconhecimento que tem granjeado, dentro e fora de Goiás.

Edival foi premiado diversas vezes, sendo de maior relevância os prêmios Nacional de Romance do Estado do Paraná, pelo livro mencionado (finalista também do Casa de las Americas); Jabuti (honroso 2º lugar), pelo romance

histórico “Naqueles morros, depois da chuva” (2012), e Comenda Jorge Amado, da União Brasileira dos Escritores (R), pelo conjunto da obra. Por enquanto, tem publicados quatro livros de poemas (gênero de sua predileção) dois romances e duas coletâneas de contos.

Especialmente sintomático dessa vitalidade é o fato de “A centopeia de neon” continuar atual 24 anos depois de sua publicação, em 1990. “Atual” significa dizer que a mensagem do romance não envelheceu, espelhando ainda circunstâncias e preocupações da realidade presente e possivelmente futura, uma vez que a obra personifica as piores tendências da cultura nacional. A corrupção, as mazelas da saúde pública, o Estado policial, a supremacia do dinheiro e os riscos de autoextinção da humanidade são temas que pal-

pitam nessas páginas, ricas de humor e ceticismo. Mas não se sustentariam se não fossem urdidos pelo domínio construtivo de Edival. Tema e urdidura combinam-se, aqui, para chegar ao fim almejado pelo artista.

Meu primeiro contato com a obra do autor se deu quando li “Munducaia”. Confesso que não fiquei entusiasmado com o feito crepuscular desta coletânea de contos. Sem pretender negar certas condições sociológicas, nossa literatura estaria já bastante intoxicada pelo ruralismo. Um juízo de Delermundo Vieira, a respeito de “A centopeia de neon”, sintetiza o que eu ainda procurava num autor local e não havia encontrado: “Um divisor de águas da nossa Literatura.” Para não incorrer num julgamento prematuro, não subscrevo afirmação tão definitiva. Em todo o caso o elemento regionalista, evidente também

no romance analisado, não é asfixiante a ponto de subjugar o sentimento universal. “A centopeia de neon” é uma realização transcendente, nesse sentido. Livro para reler – claro indício de superioridade –, há muita coisa que dizer a seu respeito, apesar das proporções modestas.

Eu o comprei num sebo da Rua 3. Vi a conhecida lombada roxa da única edição impressa, diante de mim, e perguntei quanto era: R\$ 6,00, disse o vendedor (quase de graça!). Enquanto pagava eu ia folheando o romance, sendo fisgado de chofre pelo primeiro parágrafo. Já havia sido fisgado antes, por autor goiano, na introdução, para depois ver o texto liquefazer-se. Contive a admiração. Poucas horas depois eu lia integralmente o primeiro capítulo, “Breves reminiscências de uma quase-ex-lobby man”. Foi a melhor coisa que li da literatura goiana depois de Bernardo

Élis. E muito diferente de Bernardo.

Não sei como definir “A centopeia de neon”, nem acho, tampouco, que é indispensável enquadrá-lo numa saia justa, às custas da miséria seletiva da crítica. A trama do romance é quase toda situada numa cidade imaginária do interior, Piambaia, e num tempo impreciso, mas repleto de indícios que configuram uma ditadura militar. O livro se estrutura em quatro capítulos, cada um deles narrado por um personagem diferente. Pela ordem, Sidrake, Mumbeka, Jeromão e Romã Nardini. Não existe um enredo linear; a unidade é garantida pela ligação de todos com o protagonista e seus negócios criminosos. Creio que se pode falar em dois núcleos dramáticos, um em torno de Sidrake e outro envolvendo a malfadada família Nardini.

O capítulo I, brevíssimo, nos põe diante do malévolo Sidrake de Thorteval Gahy em ação, numa repartição pública. Dá-se ali o primeiro contato com Romã, que era garota de programa e inutilmente tenta seduzi-lo, a mando do chefe. Enquanto espera o diretor da Casa Nacional de Saúde, o lobista recorda dois negócios milionários realizados anteriormente: primeiro, a organização de abortos clandestinos por meio da previdência social, com a finalidade de fornecer fetos para uma indústria suíça de cosméticos à base de placenta. Segundo, conforme suas palavras, “elaborar uma fórmula de fazer vítimas de acidentes nas estradas chegarem ainda com vida no hospital.” Nesse momento aparece o diretor da referida casa de saúde e Sidrake propõe suborno em tom de ameaça, caso ele não institua a prática de eutanásia nos pacientes terminais na unidade hospitalar. O esquema beneficiaria a Federação dos Sindicatos Patronais dos Funerários.

O capítulo II – “O agente da maldição de Tântalo” – é paródia bem arquitetada do regime militar, narrado pelo braço direito de Sidrake, Danton Mumbeka. Mumbeka... (Cont.)

ESTE ENSAIO pode ser lido na íntegra em “Uma idade para ser eterno” (2015), de J.C. Guimarães

## MEIO AMBIENTE

# Senador Wilder defende riquezas do Cerrado

FOTO: mjcosta25.blogspot.com.br

**WELLITON SILVA**

O senador Wilder Moraes lembra que o Dia do Cerrado, comemorado neste 11 de setembro, é momento de reflexão: é preciso saber viver com o Cerrado e dele extrair a sobrevivência, mas acima de tudo preservando o santuário ecológico que cobre Goiás.

Wilder diz que defende o debate a respeito da PEC 115-A/1995, apresentada pelo ex-deputado federal Pedro Wilson, que trata da constitucionalização do bioma Cerrado como Patrimônio Nacional. Mas

para ele tornar o bioma um tópico da Constituição Federal não mudará nosso comportamento. "O mais importante é termos em conta a educação ambiental. Esta será a grande mudança", diz.

O bioma corta 14 estados e guarda no subsolo o poderosíssimo aquífero Guarani.

O senador esteve durante julho no rio Araguaia e lembra que flagrou diversas ações negativas de turistas. Para Wilder, "saber usar o que Deus nos deu" é o segredo para a longevidade da vegetação, que deve ser um

presente dado pela atual geração aos novos que surgirão. "Nós herdamos o Cerrado e devemos entregá-lo melhor do que recebemos".

Wilder relata que o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul. E que ocupa 22% do território nacional.

Conforme os pesquisadores, seis das oito principais bacias hidrográficas do País nascem no Cerrado. É dele a origem do São Francisco, Jaguaribe, Parnaíba, Tocantins, Araguaia, Xingu e Madeira. Daí o apelido de "caixa d'água" do Brasil.

Wilder Moraes destaca uma série de pesquisas realizadas no âmbito das universidades brasileiras que trata da vegetação do Planalto Central. O principal destaque, diz o senador, é a capacidade agrolimentar do Cerrado, que oferece frutos fantásticos para consumo. O senador diz que mais do que pequi, Goiás tem inúmeros exemplos a serem pesquisados e divulgados no país.

Wilder recorda que é necessário unir a bancada goiana em busca de ações e emendas que atendam os povos do Cerrado e

que seja útil para instituir ações de desenvolvimento sustentável em Goiás.

O senador alerta para as recentes pesquisas: um estudo publicado em fevereiro na revista "Nature Ecology and Evolution" diz que cerca de 480 espécies endêmicas, exclusivas do bioma, devem desaparecer nas próximas décadas. Para Wilder é possível impedir tal escalada, basta o Estado atuar em bloco e com consciência: "Temos condições de afinarmos o discurso de Goiás e demais estados. O Cerrado é um bem maior, de vários povos e estados".

## HABITAÇÃO

# Novas regras de qualidade para os Imóveis do Minha Casa Minha Vida

WANDELL SEIXAS

O Ministério das Cidades acaba de apresentar as regras de transição do programa Minha Casa Minha Vida a pequenas construtoras. Com a mudança nos critérios, essas empresas terão mais segurança jurídica, mas passam a ter de seguir um padrão mínimo de qualidade. Com a medida, o governo federal acata a apelo formulado pelo senador Wilder Moraes (PP-GO) ao ministro Bruno Cavalcanti de Araújo, das Cidades. Originalmente, o parlamentar goiano atendeu a pedido da Associação dos Construtores do Estado de Goiás (Aceg).

A idéia, antes sugerida pela entidade goiana, é garantir que as edificações cumpram requisitos de qualidade, o que beneficiará as famílias contempladas

por novas moradias. "A portaria de hoje traz um texto conciliador, que permite tranquilidade ao setor para voltar a produzir com segurança", afirmou o ministro das Cidades, Bruno Araújo. O senador Wilder Moraes agradeceu ao atendimento do Ministério das Cidades, observando que "o ministro Bruno Araújo foi sensível ao nosso pedido e, por justiça, abre perspectivas às pequenas empresas construtoras".

## Assistência jurídica a empreendedores

O objetivo é respeitar a segurança jurídica dos empreendedores sem deixar de oferecer uma moradia adequada aos beneficiários. "As mudanças atendem ao pleito dos pequenos construtores, que correspondem a quase 30% do

programa e são fundamentais para enfrentar as dificuldades financeiras e melhorar o quadro do desemprego nos dias de hoje", ressaltou o ministro.

## Portaria

Por meio da portaria publicada hoje (30) no Diário Oficial da União, ficam estabelecidos critérios, diretrizes e condições gerais de execução dos empreendimentos, entre eles, infraestrutura básica que permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica, que inclua vias de acesso, com solução de pavimentação definitiva, iluminação pública e soluções de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais.

Também ficam asseguradas no MCMV condições de acessibilidade a todas as áreas públi-

cas e de uso comum, disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos, de acordo com a demanda. A portaria trata ainda as condições de sustentabilidade das construções e uso de novas tecnologias construtivas.

## Alterações

A portaria define que será considerado empreendimento do MCMV conjuntos com duas ou mais unidades habitacionais. A pavimentação poderá ser feita com concreto, paralelepípedo, asfalto e ainda outras práticas de pavimentações adotadas pelos municípios em vias públicas. Pessoas físicas ainda poderão participar do programa desde que as unidades habitacionais sejam vendidas até 31 de dezembro

de 2018, com alvará de construção concedido até junho de 2017 e vistoriadas pelo menos uma vez pelo Agente Financeiro do FGTS, antes da alienação da unidade.

A pavimentação definitiva ficou dispensada para habitações isoladas ou unifamiliares ou que integrem conjuntos de, no máximo, 12 unidades ou municípios com até 50 mil habitantes, adquiridas até 31 de dezembro de 2018.

O prazo para que os empreendimentos se adequem às novas regras é 31 de dezembro de 2018. As mudanças atendem a pequenas construtoras com o objetivo de fomentar a economia local, aumentar a geração de empregos por meio do programa Minha Casa Minha Vida, além dos investimentos na área da construção civil.

O Prêmio Congresso em Foco seleciona os melhores parlamentares do ano.

Participe!

senador  
**Wilder**



Biblioteca  
**Bernardo Élis**

wildermoraes.com.br/biblioteca

   /wildermoraes

No escritório do mandato, em Goiânia  
Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Lt. 06-81,  
Setor Sul – CEP 74-085-115.  
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041



[congressoemfoco.com.br/votacao-premio-2017](http://congressoemfoco.com.br/votacao-premio-2017)